

# Para uma abordagem virtuosa do Jornalismo<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este artigo traz discussões e resultados parciais do projeto de pesquisa *Redimensionamento de valores éticos no jornalismo a partir de impactos tecnológicos*, financiado pelo CNPq.

Rogério Christofolletti

## RESUMO

As últimas décadas têm favorecido o crescimento do interesse e dos estudos sobre a ética jornalística. No Brasil e em outras praças, as abordagens deste tema têm sido na maioria das vezes por um caráter deontológico ou utilitarista. Neste artigo, chamamos a atenção para uma perspectiva que privilegie as virtudes como pontos de partida para os debates acerca das condutas dos profissionais. Uma ética das virtudes remete a Aristóteles e aos estoicos, mas vem sendo retomada por autores mais contemporâneos, como Macintyre e Comte-Sponville, entre outros. No jornalismo, esta abordagem não é definitiva ou totalizante, mas contribui para uma compreensão mais ampla da discussão, chamando inclusive a atenção para recomendações éticas úteis, práticas e atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Virtudes. Ética. Jornalismo. Deontologia. Comunicação.

## 1 Introdução

Um espírito deliberadamente prescritivo ajuda a animar a reflexão sobre ética jornalística nas últimas décadas. No Brasil e em outras praças, os estudos têm se debruçado sobre códigos e cânones, com a finalidade precípua de orientar melhores práticas, evitar deslizos e banir comportamentos indesejáveis. Esse viés de trabalho não é de todo ruim, pelo contrário: ele encarna uma função de ordenamento quase jurídico da área profissional, demarcando com nitidez certos limites de atuação, desenhando uma espécie de mapa de atitudes de repórteres, editores e redatores.

Entretanto, esse viés prescritivo não dá conta de toda a complexidade da ética na área. Por uma razão simples: apresenta as regras de conduta como dadas, restando aos profissionais segui-las. Isto é, a abordagem não incentiva a reflexão sobre as normas, mas seu cumprimento. E quando se identifica a transgressão, ficam em evidência a natureza da infração, gravidade e alcance, e suas consequências.

Hare (1996, p. vii) lembra que a moral se vale de um tipo de linguagem prescritiva, já que a ética é “[...] o estudo lógico da linguagem moral”, e as respostas a indagações como “o que devo fazer?” vão se vincular a imperativos éticos e a juízos de valor. Apesar dessa natureza impositiva, é importante ressaltar que a ética não se resume ao seu prescritivismo.

Não é demais lembrar também que todo código deontológico é resultado de um processo de discussão coletiva, de definição de limites para o grupo ao qual é dirigido, e de sinalização dessas balizas para os demais agrupamentos sociais com os quais se têm relação. Assim, nenhuma regra de conduta ética é fruto de uma única cabeça. A comunidade identifica um papel social para sua atuação; projeta boas práticas; pontua atitudes condenáveis; demarca limites; observa prioridades; elenca valores que sustentem suas tomadas de decisão em situações de dilema ético; enfim, negocia um conjunto que ajudará a compor um modelo de atuação na área de sua competência.

Esse processo de discussão coletiva tem sua própria dinâmica, mas suas etapas costumam se repetir independentemente dos grupos profissionais que o liderem. O debate vai contribuir para a produção de um consenso mínimo entre os indivíduos, e apesar de muitas vezes exaustivo e desgastante, esse processo será capaz de ungar as novas regras com legitimidade e representatividade. Afinal, essas novas regras foram discutidas e acordadas, ditadas coletivamente.

Por trás do código estão as expectativas de um grupo para sua área profissional, e estão algumas marcações do que é agir de forma correta ou não. Isto é, o que sustenta um ordenamento deonto-

lógico – como qualquer outro tipo de ordenamento de natureza ética – são os valores que servem de base àquela determinada profissão. Assim, os colegas de ofício não apenas compartilham certos conhecimentos técnicos e reproduzem alguns aspectos de uma cultura profissional comum, mas também comungam valores éticos. De forma prática, um médico se constitui como profissional na medida em que conjuga dimensões do saber-fazer, do saber-ser, do saber-julgar. Ele detém condições que permitem que aja como um médico – prestando socorros, por exemplo -, que se coloque como um médico – reagindo em situações que o exigem – e que avalie como um médico – elegendo as prioridades morais de sua deontologia.

Retornando ao nosso ponto de partida, o que se vê com frequência na comunicação são estudos das ações dos jornalistas e consequências de seus gestos, negligenciando os valores que ajudam nas tomadas de decisão.

Por esta razão, aqui, retomamos uma discussão dos valores e das virtudes no Jornalismo. Estamos certos de que este viés de trabalho – a exemplo do prescritivo – não é totalizante, mas oferece suas contribuições, entre as quais a de motivar o questionamento dos cânones, a dúvida sobre as regras pretensamente dadas. Refletir sobre os valores é pensar sobre os fundamentos de nossas escolhas, sobre os alicerces das atitudes que esperamos dos jornalistas profissionais. Para uma área tão dinâmica e efervescente como a comunicação em geral e o jornalismo em particular, investir sobre esse viés pode significar ao menos a quebra de um círculo vicioso.

## 2 A Virtude como afirmação do humano

“Moral” parece ser hoje uma palavra meio fora de moda. Afinal, sua variante mais próxima aplicada à pessoa – o “moralista” - é altamente carregada de uma carga semântica negativa, pejorativa até. Para o senso comum, moralista é quem impinge uma moral, quem cerceia, enquadra, restringe. O moralista é um agente do “moralismo”, uma das faces mais identificáveis do conservadorismo; transpira ares anacrônicos, e tenta exercer controle sobre os demais, como se os formatasse. De forma generalizante, não se comemora a atuação de um moralista; pelo contrário: ele é evitado.

Também no senso comum, a evocação de valores costuma ser repelida ou ignorada. Tratar de valores morais ou éticos é quase sempre uma preocupação restrita a filósofos e religiosos. Com frequência, o tema é abordado ora em tons apocalípticos - “vivemos uma crise de valores”, “as pessoas não cultivam mais valores”... -; ora em tonalidades salvacionistas - “o retorno aos

valores permitirá vencer a crise moral”. Isto é, a evocação de valores morais ou éticos se dá preponderantemente em situação crítica<sup>2</sup>. É possível, então, pensar valores para uma ética jornalística numa perspectiva mais positiva, funcionando como vetores de uma afirmação da profissão?

Pensamos que isso é possível, e para tanto, recorreremos à via aristotélica para abordar a ética jornalística, tendo como ponto de partida o conceito de virtude. Em Aristóteles, temos uma ética das virtudes distinta da ética consequencialista ou da deontológica. Enquanto nesses dois tipos, o foco está nos princípios que regulam a conduta, a ética aristotélica se concentra nos elementos próprios do indivíduo virtuoso, aquilo que ajuda a constituí-lo da forma como o é. Dessa forma, no exame da ética jornalística aqui proposto, interessa menos se o repórter transgrediu a norma e mais como o profissional se torna um bom jornalista, um jornalista com virtudes.

A assunção desse viés aristotélico não implica numa renúncia às preocupações próprias de uma ética consequencialista nem às orientações pertinentes a uma ética deontológica. Apenas lançamos mão deste caminho para tornar mais convidativa a discussão acerca da conduta ética jornalística e para que reforçemos de maneira afirmativa as bases dessa profissão. Manifestar valores e repetir virtudes é uma forma positiva de expressar o Jornalismo.

Em Aristóteles, as virtudes podem ser do corpo e da alma, intelectuais ou morais. Na *Ética a Nicômaco*, o autor vai investigar o tema com especial atenção às virtudes morais, aquelas que podem auxiliar no exercício ético da vida. A ética aristotélica é teleológica, isto é, nela, as coisas têm a sua finalidade, apontam para um sentido. O da vida é a felicidade e para alcançar este estado é necessário trilhar o caminho do meio: o das virtudes. A virtude é uma tendência para o bem que deve ser ensinada desde o início da existência; é um hábito ou uma disposição racional que torna o homem bom e lhe permite cumprir bem a sua tarefa. Não é algo inato, mas resultado de aprendizado, de exercício cotidiano.

Conforme o filósofo grego, na alma humana, encontram-se “três espécies de coisas”: paixões, faculdades e disposições. As virtudes não são as duas primeiras, já que “não somos chamados bons ou maus por causa das nossas paixões, e sim por causa das nossas virtudes ou vícios [...]”; e também não somos “[...] louvados ou censurados pela simples faculdade de sentir as paixões [...]” (2000, p.46-47). Daí que as virtudes estão mais para disposições, uma capacidade do homem no domínio moral. Mas onde fica a virtude? Para Aristóteles, certamente, ela não está nos extremos:

[...] a virtude relaciona-se com paixões e ações em que o excesso é uma forma de erro, tanto quanto a carência, enquanto o meio-termo é uma forma de acerto digna de louvor; estar certa e ser

<sup>2</sup> La Taille e Menin (2009) se perguntam, por exemplo, se há uma crise de valores ou se os atuais estão em crise. A obra reúne pesquisas que aprofundam a oposição entre o fim da ética e a modificação dos valores. É verdade que o livro aborda aspectos da dimensão intelectual da ética – isto é, o juízo moral –, e não propriamente as ações. Apesar disso, as reflexões instigam a pensar a conduta prática também. Na introdução, um dos organizadores, Yves de La Taille, deixa entrever que os autores ali reunidos estão mais propensos a pensar um momento de modificação de valores e não o seu fim.

louvada são características da virtude. Por conseguinte, a virtude é uma forma de mediania, já que, como vimos, o seu alvo é o meio-termo. [...] a virtude é, então, uma disposição de caráter relacionada com a escolha de ações e paixões, e consistente numa mediania [...] que é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. (ARISTÓTELES, 2000, p. 48-49)

Assim, a virtude é um estado de caráter, uma excelência que deve ser praticada cotidianamente. Justiça, prudência, coragem e temperança são virtudes cardeais; outras tantas podem ser mencionadas. Autores como Spinoza, Hume, Kant, Locke, Nietzsche, Leibniz, Hegel, Rawls e Rousseau já trataram em maior ou menor relevo delas, chegando a elencar conjuntos de valores mais determinantes para a vida em sociedade ou ainda abordando em profundidade uma ou outra virtude. Contemporaneamente, Boff, Comte-Sponville e MacIntyre também se voltaram para elas.

Boff, por exemplo, se pergunta sobre quais virtudes são imprescindíveis para “[...] garantir um rosto humano para a globalização?”. O questionamento leva o autor a elencar cinco delas: hospitalidade, convivência, respeito, tolerância e comensalidade:

As virtudes constituem o mundo das excelências e dos valores. Como tais, elas possuem claramente um apelo utópico. Pertence à natureza da utopia nos transportar a horizontes cada vez mais altos e abertos. Como já foi dito, sua função é nos desinstalar e fazer andar. Elas se assemelham às estrelas: nunca serão alcançadas por nós, mas orientam os navegadores e encantam nossas noites. Sempre podem nos sugerir práticas cada vez mais criativas que não deixam a utopia ficar só utopia. Sempre podemos crescer e melhorar. (BOFF, 2005, p. 13)

Na melhor tradição afirmativa, Comte-Sponville acredita que as virtudes podem ser ensinadas, o que é melhor do que denunciar os vícios. Restringir-se a acusar esses deslizes ocasiona uma “moral dos tristes, uma triste moral”. Comte-Sponville se baseia num preceito de Spinoza<sup>3</sup>, e não se faz de rogado: elabora um pequeno tratado do que considera ser as grandes virtudes humanas. Num primeiro exame, enumera trinta dessas excelências, que na sequência são reduzidas a dezoito: polidez, fidelidade, prudência, temperança, coragem, justiça, generosidade, compaixão, misericórdia, gratidão, humildade, simplicidade, tolerância, pureza, doçura, boa-fé, humor e amor. A lista de Comte-Sponville não é exaustiva, ele reconhece, mas se justifica ao tratar das que considera indispensáveis. Para o autor, a virtude é uma força que age ou que pode agir, um esforço para se portar bem. Assim, a virtude de um homem é o que o faz humano, é a capacidade que tem para “[...] afirmar sua própria excelência, isto é, sua humanidade.” (2000, p. 8). Ela é histórica e se dá “[...] no cruzamento da hominização (como fato biológico) e da humanização (como exigência cultural); é nossa maneira de ser e de agir humanamente, isto é [...] nossa capacidade de agir bem.” (COMTE-SPONVILLE, 2000, p. 9). Daí que as virtudes sejam nossos valores morais em

■  
<sup>3</sup> “Aqueles que não fazem senão censurar os homens e verberar seus vícios antes de lhes ensinar as virtudes, enfraquecer-lhes os ânimos em vez de os fortificar, são insuportáveis a eles próprios e aos outros.” Capítulo III da proposição LXXIII (SPINOZA, 2002, p. 360)

ato, encarnados, vividos. Sendo necessário introjetá-los em nossos cotidianos, pois, afinal, o bem em si não existe, ele precisa ser feito, e recebe o nome plural de virtudes.

Muito menos eufórico, Alasdair MacIntyre defende a ideia de que a linguagem da moralidade está em desordem, e que temos acesso apenas a fragmentos de um esquema conceitual cujos contextos não estão disponíveis ou se perderam. O projeto iluminista de justificação moral teria falido e parte desse fracasso estaria no fato de apoiarmos nossas virtudes em normas e princípios prévios. Neoristotélico, MacIntyre vê como saída a inversão do fluxo, reafirmando as virtudes antes das regras. Mesmo assim, adverte que o processo pode ser mais doloroso e menos agradável do que se pode desejar. Para o autor, estamos num ponto decisivo da história, semelhante ao do declínio do Império Romano, época em que alguns se insurgiram, não se reconhecendo mais com aquela moralidade, passando a construir “[...] novas formas de comunidade dentro das quais seria possível sustentar a vida moral para que tanto a moralidade quanto a civilidade sobrevivessem às eras vindouras de barbarismo e trevas.” (2001, p. 441). Mesmo com tantas ressalvas, MacIntyre deixa escapar uma fresta de luz: “E se a tradição das virtudes foi capaz de sobreviver aos horrores da Idade das Trevas passada, não estamos totalmente desprovidos de base para ter esperança.” (MACINTYRE, 2001, p.441).

Aparentemente tão anacrônicas e fora de moda, as virtudes – insistimos! - recolocam-se no contexto das discussões da conduta humana de uma forma vitaminada, na medida em que afirmam a condição humana, a possibilidade da escolha pelo agir bem. Mesmo em contextos tão desfavoráveis. No jornalismo, é oportuno pensar virtudes que não apenas reafirmem o caráter humano, mas que reforcem os fundamentos dessa atividade, seu espírito e sua função social como razão de existência.

### 3 Valores, padrões de conduta e virtudes

Nos últimos vinte anos, por conta do processo de globalização dos mercados, de acirramento do multiculturalismo e de intercâmbios diversos, vêm crescendo o número de autores que defendem a necessidade de padrões universais de conduta para os humanos. A despeito da geografia e das diferenças linguísticas, políticas, religiosas, econômicas e culturais, alguns estândares poderiam ser apontados como totalizantes no planeta. Strentz (2002, p. 270-274), por exemplo, enumera quatro padrões que poderiam ser aplicados ao jornalismo “[...] em culturas distintas e em todas as escolas do pensamento ético [...]”:

- a) Não recorrer à violência como primeiro recurso na solução de conflitos;
- b) O jornalista deve evitar o auto-engano e não mentir para

- si mesmo;
- c) O profissional não deve abusar da autoridade, de benefícios ou mordomias;
  - d) O jornalista deve responder pelas consequências das suas ações.

Strentz defende a universalização dos padrões na ética jornalística, mas isso só deve reduzir parte da angústia da prática se houver acordo sobre quais estândares irão vigorar. Esse pacto afastaria a comunidade jornalística de uma “mentalidade do ‘tudo depende’”, arrisca ao mesmo tempo em que reconhece: “Inerente a nossa busca é a ironia de buscar o universal, reconhecendo que talvez ele só pode ser encontrado ou percebido em última instância no indivíduo.” (STRENTZ, 2002, p. 275).

Com foco mais prático e concreto, Herrscher (2002) propõe um código de ética universal para os jornalistas, apesar dos problemas e limitações de sua aplicação. “Um código universal deve considerar a natureza voluntária de tal esforço, as diferenças culturais e econômicas em várias tradições jornalísticas, e o problema da produção de soluções aceitáveis para todos os envolvidos.” (HERRSCHER, 2002, p. 277).

O autor elenca um conjunto de valores que deveriam ajudar a compor este código: verdade; integralidade; conflito de interesses; liberdade, independência e auto-estima; honestidade; respeito à privacidade e à honra; tratamento de grupos étnicos, sexos, minorias, crenças religiosas e sexuais, e outros grupos; importância e relevância. Muitos desses aspectos já constam dos códigos locais vigentes e se repetem em alguma medida. Herrscher reconhece que não está certo da possibilidade de um acordo tão amplo, mas como a comunicação e a informação se tornaram globais, um código de ética global seria “[...] a consequência lógica de mudança na nossa maneira de trabalhar como jornalistas e receber informações de cidadãos e consumidores.” (HERRSCHER, 2002, p. 288).

Com a mesma preocupação de normatizar condutas jornalísticas em escala mundial, o International Center for Journalists elaborou um documento em 2003 tendo como base quatro conferências realizadas na década de 1990 na América Latina. Em formato de cartilha, o documento enumera valores humanos comuns no Ocidente (Amor, Verdade, Liberdade, Equidade, Solidariedade, Tolerância, Responsabilidade e Vida), além de passos para a tomada de decisão<sup>4</sup>.

Em esforço semelhante, Ward e Wasserman (2010) problematizam a implementação de uma ética global para a mídia. O livro que organizaram resultou de uma mesa redonda acontecida em 2007 na África do Sul. Eles reconhecem que essa ética ainda

■  
<sup>4</sup> Os estágios para a tomada de decisão são: a) consulte colegas e editores; b) defina o problema ético; c) consulte códigos e guias; d) meça seu objetivo jornalístico; e) identifique partes interessadas no tema, e que podem ser afetadas com a decisão; f) pergunte-se sobre quais são as suas alternativas na escolha; g) tome a decisão; h) seja capaz de explicar a sua decisão.

não existe, mas que é necessária em tempos globalizados, para se adequar o jornalismo a uma compreensão mais ampla de realidades tão díspares no planeta.

Necessitamos de um jornalismo cosmopolita que relate temas e eventos de um jeito que reflita essa pluralidade global de visões e as relações de poder entre elas; para praticar um jornalismo que ajude a diferentes grupos compreenderem melhor a si mesmos. Um jornalismo com uma perspectiva global é necessária para ajudar cidadãos a entender os problemas globais da pobreza, degradação ambiental, desigualdades tecnológicas e instabilidade política. Esses problemas requerem ação global coordenada. (WARD; WASSERMAN, 2010, p. 2)

Uma perspectiva globalizada da ética jornalística, como a defendida, contemplaria a sacralidade da vida como um valor universal (CHRISTIANS, 2010) e um patriotismo de caráter mais amplo, moderado e democrático, aspirando a um jornalismo mais cosmopolita (WARD, 2010). A reverência à vida e sua preservação ajustam-se no contexto das comunicações, fazendo com que a “sacralidade da vida” se desdobre em outros valores, como a dignidade humana, a verdade e a não-violência.

Por outro lado, o patriotismo exercido na atualidade colide com conceitos importantes para o jornalismo, como a objetividade e independência. Ao recorrer ao patriotismo convencional numa cobertura de conflito de nações, por exemplo, um repórter pode cometer deslizes éticos, sendo menos objetivo em seus relatos e parcial na apresentação dos fatos. Para compensar o problema, Ward propõe um patriotismo global, orientado a uma perspectiva cosmopolita no jornalismo, onde os jornalistas trabalhem como agentes globais, que sirvam aos cidadãos do mundo e que promovam entendimentos não-paroquiais:

A expressão “jornalistas como cidadãos do mundo” denota um ideal ético e uma mudança gradual nas práticas e na perspectiva. Jornalistas como cidadãos do mundo rejeitam perspectivas estreitas fundadas no etnocentrismo, patriotismo extremo e partidarismo. De forma otimista, a expressão sinaliza para uma evolução desejada na identidade ética dos jornalistas. (WARD, 2010, p. 56).

É importante notar como as referências citadas até então reforçam princípios e valores morais, e não propriamente virtudes. Enquanto os primeiros são buscados, perseguidos, mirados, as virtudes colocam-se mais como qualidades positivas próprias do sujeito, atributos e disposições para se fazer o bem. Não se trata só de uma característica, mas de uma inclinação. Por isso que quando se discute a conduta humana pelo viés de valores morais, é muito comum buscar modelos de atuação, que serviriam para orientar posturas, atitudes e comportamentos. No âmbito da comunicação, Christians e Merrill (2009) recorrem também a este expediente identificando personalidades, cujas ideias e trajetórias de vida podem auxiliar comunicadores sociais a discutir e a promover o progresso social.

A lista desses “tutores morais” vai de Jesus Cristo a Confúcio, passando por Marx; estende-se de Martin Luther King a Paulo Freire, passando por Gandhi; e vai de Madre Teresa a Hannah Arendt, citando Aristóteles, Nietzsche, Maomé, entre outros. Conforme os autores, os pensamentos dessas personalidades enquadram-se em cinco perspectivas:

- a) ética altruística, onde prepondera a lealdade ao outro;
- b) ética egoísta, onde vigora a lealdade a si mesmo;
- c) ética da autonomia, onde existe lealdade à liberdade;
- d) ética legalista, cuja lealdade se vincula à autoridade;
- e) ética comunitária, onde emerge com maior força a lealdade ao coletivo.

Para Christians e Merrill (2009), cabe aos comunicadores conhecer e identificar os conceitos de cada tutor moral, inspirar-se em seus exemplos, e implementar ações baseadas nos valores de base desses modelos. Essa sequência de gestos se sustenta na responsabilidade inerente à atividade, um encargo proporcional a influência, penetração, poder e alcance desses profissionais e dos veículos que ajudam a compor<sup>5</sup>.

#### 4 Aristóteles vai à redação

Já se disse aqui que os estudos sobre a ética jornalística se concentram em duas abordagens: a deontológica e a utilitarista<sup>6</sup>. Uma perspectiva pouco explorada ainda é a que considera as virtudes dos profissionais, estados de excelência desejáveis para o bom cumprimento do papel social do Jornalismo, a satisfação das demandas do público e a promoção de valores que interessam à sociedade. Pode ser oportuno e proveitoso mirar a ética jornalística numa vertente mais virtuosa.

Mas pouco considerar as virtudes não é uma prerrogativa dos estudos da área. Isso se estende para outros campos, embora já se identifique uma retomada da ética das virtudes. Hobuss (2011) lembra que a origem do interesse pelas virtudes está em Platão, em Aristóteles e entre os estóicos. Esta corrente foi hegemônica até o ápice da cultura cristã no mundo medieval e se reduziu à medida que o kantismo se disseminava. Nos últimos dois séculos, foi a vez do utilitarismo ganhar expressão e dividir espaço com a deontologia. A publicação de *Modern Moral Philosophy* em 1958, por G.E.M. Anscombe, teria provocado uma retomada dos estudos da ética das virtudes. Para o autor, nem a maximização do bem – caminho sinalizado pelo utilitarismo –, nem o dever de agir bem – via apontada por Kant – davam mais conta de nossos problemas de caráter ético. Conforme esclarece Hobuss, (2011) a adoção de uma ética centrada nas virtudes - “[...] incontornável na discussão moral dos dias atuais [...]” - ajuda a operar um deslocamento na questão filosófica primordial. Se com Kant e os

<sup>5</sup> Para uma discussão mais detida em torno do “princípio da responsabilidade”, ver Jonas (2006), que no final dos anos 1970, formulou uma teoria ética para a preservação da vida humana e de sua conservação como humana. Para o autor, a “[...] técnica afeta a natureza de nosso agir”, daí a preocupação de elaborar uma ética para a civilização tecnológica. Responsabilidade, para Hans Jonas, funciona como imputação causal de atos realizados; isto é, o sujeito deve responder pelo que faz.

<sup>6</sup> Outras abordagens podem ser identificadas também nas pesquisas sobre ética jornalística, como as que se apoiam na psicologia do desenvolvimento, a exemplo de Coleman e Wilkins (2002). Varela (1995) não aborda a ética jornalística, mas da ética em geral, e seu approach chama a atenção pela originalidade. A ética é considerada como uma competência.

utilitaristas, nos perguntávamos “como devemos agir?”, a partir da virtude e de Aristóteles, nos indagamos “como devemos viver?”.

É um equívoco buscar uma moralidade que esteja fundada em concepções tais como obrigação e dever, pois, antes de mais nada, uma ética deve estar centrada numa correta concepção de virtude e tudo do que daí decorre. Não uma moralidade de imperativos, ou uma que tenha tão somente uma visão instrumental da virtude, mas uma moralidade que pressuponha dar razões para o agir, isto é, agir segundo a razão, de modo adequado, fazendo o que é correto fazer, mas não apenas, pois pressupõe, também o agir de um certo modo, ou seja, em conformidade com uma dada disposição de caráter, um caráter virtuoso, que escolhe sempre no sentido de realizar ações moralmente boas. (HOBUSS, 2011, p.13)

A virtude não se opõe ao pecado, mas ao vício<sup>7</sup>. Daí que, “[...] pensar as virtudes é medir a distância que nos separa delas.” (COMTE-SPONVILLE, 2000, p. 11). Mais contemporaneamente, pode-se dizer que um desdobramento da ética das virtudes é a ética do cuidado, abordagem compatível com a comunicação em geral e o jornalismo em particular.

Silva e Paulino (2008) voltam suas atenções para os *media watchers*, instâncias atuais de análise dos meios e que se ocupam principalmente com a identificação de erros, abusos e danos. Os autores indagam “por que os observatórios não observam boas práticas?”. Resta uma lacuna: “apontar os bons exemplos, as *best practices*” (2008, p. 127-128). Esse cacoete valorizaria uma pedagogia negativa, apoiada nos maus exemplos, sendo necessário também “uma outra cultura crítica”, complementar à já existente, e que estimularia práticas salutares e exemplares do Jornalismo:

Teríamos, então, um “jornalismo da boa notícia” incorporado ao media criticism, que poderia ser dividido em dois grandes segmentos: um, quando a crítica da mídia focaliza os erros, abusos e danos causados pela mídia; outro, quando a crítica da mídia focaliza os acertos da mídia. A soma dos dois resultaria num contexto de excelência e gerador de uma pedagogia jornalística, a sabedoria prática (*phronesis*) preconizada por Aristóteles. (SILVA; PAULINO, 2008, p. 134)

Para os autores, ao contemplar essa dimensão da avaliação dos meios, os observatórios de mídia contribuem para a consolidação de uma “pedagogia afirmativa do acerto”, tão importante quanto a denúncia dos erros na área.

Adam, Craft e Cohen (2004) oferecem o que intitulam três ensaios sobre Jornalismo e virtude, e num deles, consideram o primeiro como uma atividade literária e moral, vinculada a um contrato social democrático, e cujos valores de condução da criação dos textos devem ser discutidos. Assim, “a produção satisfatória destes textos reflete os graus de uma compreensão moral da relação entre jornalistas e os seus concidadãos, e um entendimento moral correspondente às suas responsabilidades jurídicas, linguísticas e intelectuais.” (p. 254). Não se pode deixar de destacar que esta concepção é muito centrada na prática coti-

<sup>7</sup> Novaes (2009) organizou um volume que atualiza a bibliografia nacional da interface virtude-vício. Resultado de um seminário realizado em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte em 2008, o livro reúne ensaios que tratam da liberdade, justiça, sabedoria, amizade, indiferença, dignidade, passividade, tolerância e intolância, intemperança e vergonha.

diana dos profissionais, mas os autores reconhecem ser necessário atrair outros personagens para o debate, como os proprietários das empresas jornalísticas - “econômicos quanto as virtudes da cidadania” - e o público. Todos juntos

[...] devem trabalhar para garantir a segurança e o impacto do jornalismo sério, atuando para garantir que este não seja marginalizado. [...] isso deve ser feito com determinação e paciência. As estruturas de controle e de organização não devem entrar em conflito com a missão democrática do jornalismo. Elas devem facilitar isso. É questão de priorizar as coisas. (ADAM; CRAFT; COHEN, 2004, p. 256-257)

No contraste à ética da justiça, Steiner e Okrusch (2005, p. 103) sinalizam para a ética do cuidado como alternativa ou até mesmo “[...] modelo complementar para a prática ética no jornalismo.”. Os autores evitam tratar o cuidado como uma qualidade natural e intuitiva ou mesmo como uma disposição adquirida e motivada; optam por entendê-la como “[...] uma virtude humana necessária.”. Por extensão aos humanos que se dedicam ao Jornalismo.

Eles reforçam que por conta da retórica e da longa tradição de objetividade, neutralidade e imparcialidade, os jornalistas nunca abandonaram totalmente a prática do cuidar. Eles “[...] são instados - durante sua formação e socialização profissional, e mais tarde através de códigos de ética institucionalizada - para o ‘cuidado’. Devem ser ‘cuidadosos’, no mínimo, quanto a precisão e pontualidade, e, no sentido mais amplo, a veracidade.” (STEINER; OKRUSCH, 2005, p. 104). Com isso, esses profissionais não estão totalmente desfamiliarizados com essa postura. Steiner e Okrusch argumentam que aplicar uma ética do cuidado revitalizada pode, inclusive, salvar o jornalismo público de “alguns dos seus pontos fracos empíricos, conceituais e retóricos.” (STEINER; OKRUSCH, 2005, p. 118). Mas essa defesa reconhece limites:

Como outras teorias éticas, a que considera o cuidado uma virtude é útil, mas não definitiva. Pessoas bem-intencionadas eticamente ainda podem discordar. No entanto, a incorporação de algumas revisões da ética do cuidado ajudaria a revitalizar um conceito mais forte, mais filosófico e mais politicamente defensável de justiça e direitos (humanos). Enquanto isso, poderia demonstrar o valor prático e público de um sistema ético além do pessoal e privado, e uma prática de jornalismo para além do local. (STEINER; OKRUSCH, 2005, p. 119)

Vanacker e Breslin (2005) avançam e se perguntam sobre a aplicabilidade concreta de uma ética do cuidado, para além de ser mais que uma ferramenta para bater na mídia. Para eles, o “diálogo é crucial para formular objetivos numa ética do cuidado, tornando-a consequencialista, embora não seja um modelo utilitário” (VANACKER; BRESLIN, 2005, p. 200).

Os autores identificam ao menos três veios para aplicação prática da ética do cuidado no jornalismo:

- a) contribuir para uma ética global para a mídia;
- b) servir como ferramenta que desafie e critique certas normas e práticas estabelecidas no jornalismo;
- c) oferecer algumas regras específicas para reportar vítimas de crimes.

No que concerne ao terceiro veio de aplicação, os autores partem do conceito de vulnerabilidade. Assim, na prática, significa pensar, agir e zelar por alguém em situação vulnerável. O repórter deve obter o consentimento da vítima de um crime para relatar seu caso, avaliando a delicadeza de seu estado, e tomando decisões conforme essas preocupações. Vulnerabilidade é um termo-chave, mas outros valores, como a compaixão também são mobilizados.

Importante é notar que a ética do cuidado pode fazer com que os jornalistas não apenas considerem a vulnerabilidade das vítimas de um crime como também equilibrem isso com as necessidades do público para ser bem informado. Não se trata apenas de resguardar a vítima/fonte, mas de garantir as demandas de informação do público.

## 5 Considerações finais

As reflexões empreendidas até aqui nos permitiram fazer um sobrevoo rápido acerca das abordagens nos estudos da ética jornalística. Uma disciplina vital para a manutenção do jornalismo, a ética não só enseja muito debate sobre os fundamentos dessa atividade, como também permite entrever os muitos desafios que se colocam para os profissionais e o público. O Jornalismo só “funciona” mesmo nessa sensível interface entre meios e audiências, jornalistas e fontes, partes interessadas e organizações midiáticas. Nesse âmbito, pensar e discutir condutas e ações implica se guiar por princípios, mobilizar valores e avaliar cenários em constante dinâmica.

Nosso esforço nas páginas anteriores foi ainda contemplar a dimensão das virtudes de maneira a contribuir para mais um enfoque da ética. Tratar das virtudes é lançar luzes sobre os agentes, sobre os jornalistas como sujeitos.

Evidentemente, uma ética das virtudes não resolve todas as questões do Jornalismo, pois nenhuma abordagem dá conta disso. Numa hipótese cética, considerar as virtudes nos leva ao menos a pensar nos muitos desafios que se colocam para o jornalismo, independente de geografia. É preciso, então, alterar a forma ética como enxergamos o Jornalismo para além dos deveres e das obrigações, para além das consequências das ações. Requer pensar jornalistas como sujeitos inclinados a atuarem com excelência em seus locais e contextos de trabalho, preparados desde cedo para isso.

Mudando a maneira de enxergar o Jornalismo provoca-se também modificações importantes nas redações e nas próprias escolas de comunicação. É necessário formar profissionais que não sejam apenas aptos e bem preparados tecnicamente, mas que sejam portadores de virtudes morais. Jornalistas virtuosos têm mais condições de fazer um jornalismo virtuoso.

Nessa direção, uma agenda positiva prevê voltar o ensino de ética jornalística não apenas para a identificação de deveres, erros e abusos cometidos (uma deontologia), mas também para o enaltecimento de boas práticas, o cultivo de valores e o fomento de virtudes. Tal agenda prevê também incentivar nos locais de trabalho um ambiente de maior discussão ética e de troca de ideias, familiarizando mais os contingentes a revisarem suas ações.

Afirmar as virtudes no Jornalismo é focalizar o que pode ser o melhor dele. Não é o caso de ignorar equívocos e deslizes, afinal a crítica e autocrítica são combustíveis necessários para o aperfeiçoamento. Mas também não se pode ficar apenas na negatividade dos erros. Abordar as virtudes é uma disposição para perceber até onde podemos melhorá-lo.

## **For a virtuous approach of journalism**

### **ABSTRACT**

The last decades have favored the growth of interest and studies on journalism ethics. In Brazil and in other places, approaches over this subject have been most often by a deontological or utilitarian nature. In this article, we draw attention to a perspective that privileges the virtues as starting points for discussions about the conduct of journalists. A virtue ethics refers to Aristotle and the Stoics, but has been taken up by more contemporary authors such as Macintyre and Comte-Sponville, among others. In journalism, this approach is not definitive, but contributes to a broader understanding of the discussion, even drawing attention to useful, practical and current ethical guidelines.

**KEYWORDS:** Virtues. Ethics. Journalism. Deontology. Communication.

## **Para un enfoque virtuoso al periodismo**

### **RÉSUMEN**

Las últimas décadas han favorecido el crecimiento del interés y estudios sobre la ética periodística. En Brasil y en otros lugares, se acerca a este tema por una vía deontológica o utilitaria. En este artículo llamamos la atención a una perspectiva que privilegia las virtudes para las discusiones sobre la conducta de los periodistas. Una ética de la virtud se refiere a Aristóteles y los estoicos, pero hay otros autores más contemporáneos, como Comte y Macintyre-Sponville. En el periodismo, este enfoque no es definitivo, sino que contribuye a una comprensión más amplia de la discusión, incluso llamando la atención a las recomendaciones éticas prácticas, útiles y actuales.

**PALABRAS CLAVE:** Virtudes. Ética. Periodismo. Ética. Comunicación.

## Referências

- ADAM, G. S.; CRAFT, S.; COHEN, E. D. Three essays on journalism and virtue. **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA, v. 19, n. 3/4, p. 247-275, 2004.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- BOFF, L. **Virtudes para um outro mundo possível: hospitalidade**. Petrópolis: Vozes, 2005. V. 1.
- CHRISTIANS, C.G. The Ethics of universal being. In: WARD, Stephen J. A; WASSERMAN, Herman. **Media ethics beyond borders: a global perspective**. New York/London: Routledge, 2010.
- CHRISTIANS, C. G.; MERRILL, J. C. **Ethical communication: moral stances in human dialogue**. Columbia: University Missouri Press, 2009
- COLEMAN, R.; WILKINS, L. Searching for the ethical journalist: an exploratory study os the moral development of news workers. **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA, v. 17, n. 3, p. 209-225, 2002.
- COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HARE, R.M. **A Linguagem da moral**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HERRSCHER, R. A Universal code of journalism ethics: problems, limitations, and proposals. **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA, v.17, n.4, p. 277-289, 2002.
- HOBUSS, J. **Ética das virtudes**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- INTERNATIONAL CENTER FOR JOURNALISTS. **Journalism Ethics: the global debate**. Washington: ICFJ, 2003.
- JONAS, H. **O Princípio responsabilidade**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LA TAILLE, Y.; MENIN, M. S. de S. (Org.) **Crise de valores ou valores em crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MACINTYRE, A. **Depois da virtude: um estudo em teoria moral**. Bauru: Edusc, 2001.
- NOVAES, A. (Org.). **Vida vício virtude**. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.
- SILVA, L. M.; PAULINO, F.O. Por que os observatórios não observam as “boas práticas”? In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L.G. **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.
- SPINOZA, B. **Ética**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- STEINER, L.; OKRUSCH, C.M. Care as virtue for journalists. **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA, v. 21, n. 2/3, p. 102-122, 2005.
- STRENTZ, H. Universal ethical standards? **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA, v. 17, n. 4, p. 263-276, 2002.
- VANACKER, B.; BRESLIN, J. Ethics of care: more than just another tool to bash the media? **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA, v. 21, n. 2/3, p.196-214, 2005.
- VARELA, F. J. **Sobre a competência ética**. Lisboa: Edições 70, 1995.

WARD, S. J. A. A Theory of patriotism for journalism. In: WARD, Stephen J. A; WASSERMAN, Herman. **Media ethics beyond borders: a global perspective**. New York/London: Routledge, 2010.

WARD, S. J. A; WASSERMAN, H. **Media ethics beyond borders: a global perspective**. New York/London: Routledge, 2010.

**Rogério Christofolletti**

*Doutor em Ciências da Comunicação pela  
Universidade de São Paulo (USP).*

*Professor do Departamento de Jornalismo da  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).*

*Pesquisador em produtividade do CNPq.*

*Um dos responsáveis pelo Observatório da Ética  
Jornalística (objETHOS).*

*E-mail: rogerio.christofolletti@uol.com.br*

Recebido em: 08/02/2012

Aceito em: 25/05/2012